

A educação a distância não é mais o patinho feio do ensino superior

| Jacir Venturi

Em 2015, segundo os dados do Inep/MEC mais recentes disponíveis, houve 6,6 milhões de matrículas na educação superior na modalidade presencial (pública e privada), um crescimento de 46% sobre 2005. Nesses mesmos dez anos, o crescimento do número de alunos na educação a distância (EaD) foi de 1.120%, atingindo a antes inimaginável cifra de 1,4 milhão de alunos – ou seja, 21% do número de estudantes presenciais. Há ainda cerca de outros 5 milhões de adultos ou jovens estudando uma especialização, ou disciplinas específicas, ou cursos *in company* em plataformas estritamente digitais. Um em cada três alunos de licenciatura faz o curso on-line; em Pedagogia, metade.

No seu início, em torno de 2003, a EaD enfrentava (mercidamente) elevados preconceitos por precarizar a qualidade do ensino. Depreciavam-na como o “supletivo da educação superior”. Hoje, no entanto, com os avanços das novas tecnologias, com a profusão de ambientes virtuais aliados a novos modelos pedagógicos (metodologias ativas), propicia-se a oferta de uma educação de qualidade equiparável à dos cursos presenciais.

Soma-se, ainda, a incorporação pelas instituições de ensino superior de profissionais (professores, tutores, mentores, técnicos etc.) com expertise na modalidade, laboratórios, videoaulas e momentos para a troca de ideias no ambiente virtual. Ademais, mesmo sendo de 1996, a LDB faz referência à EaD em nove artigos ou incisos, e o MEC tem amparo ferramental para avaliar os cursos remotos com os mesmos critérios dos presenciais, sendo elevadas as exigências para a implantação de polos.

E três sempre foram as principais características da EaD: horários flexíveis, preços acessíveis e não necessidade de deslocamentos para as aulas. Com o ganho de escala, a mensalidade, na média, fica em torno de 40% da similar na modalidade presencial. É um instrumento democrático, pois permite ao aluno estudar onde e quando puder. Enfatize-se: é uma modalidade que exigirá tanto ou mais horas de estudo que a presencial. Requer disciplina pessoal, foco, autonomia e maturidade para não cair no sedutor mundo das mídias sociais e outras distrações virtuais. E, após a conclusão, o diploma não faz qualquer inferência de que a graduação foi feita na modalidade on-line.

Todavia, apesar do crescimento expressivo de matrículas nas graduações, a taxa de escolarização de educação superior no Brasil ainda é muito baixa: apenas 13% dos trabalhadores têm faculdade (no Japão, são 45%) e somente 18% dos nossos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior (o Chile tem 45% e a Argentina, 34%). Em meio a esse deserto, viceja o oásis do ensino em plataformas digitais com seu gigantesco potencial num país de dimensões continentais. Pesquisa encomendada pela CNI ao Ibope, em 2014, apontou que 79% dos brasileiros com mais de 16 anos acreditam que a EaD é uma solução para levar educação a mais pessoas. Outra pesquisa realizada com matriculados na EaD aponta que 41% dos alunos têm entre 31 e 40 anos e 87% trabalham fora.

A bem da verdade, se hoje ainda há alguma dicotomia entre educação presencial e on-line, em poucos anos serão modalidades tão simbióticas que diremos “é ensino e ponto”. Em nossas instituições de ensino, cada vez maior é o avanço célere da oferta de ensino híbrido, *blended* ou semipresencial – nos quais se amalgamam o presencial e o virtual sob os ditames do que melhor convém para o aprendizado. Em recente palestra na Universidade Positivo, o professor Armando Valente, da **Unicamp**, afirma apropriadamente que “o nosso diploma, até pouco tempo atrás, era medido por horas de bunda do aluno em sala de aula”.

Educação digital não é modismo na graduação: ela veio para ficar.